

PROCESSO LICITATÓRIO nº 206/2025

CREDENCIAMENTO Nº 053/2025

O MUNICÍPIO DE BOCAIUVA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CREDENCIAMENTO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO MUNICIPAL 8367/2023 E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data do início do credenciamento: 16/12/2025

Data do término do credenciamento: 15/12/2026

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do **dia 14/12/2025**.

Local de envio de documentos: bocaiuva.mg.gov.br

Critério da distribuição da demanda: rodízio.

1. DO OBJETO.

1.1. É objeto do presente edital **CREDENCIAMENTO DE ARTISTA SOLO/BANDAS/GRUPOS/DUPLAS/TRIOS/ARTISTA SOLO (1.1) E ARTISTA VOZ E VIOLÃO EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG**, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo IV).

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas físicas e jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os dados informados na *Solicitação de Credenciamento* são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação.

2.3. Não será admitida a participação:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- b) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do termo de credenciamento, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/17 concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público do Município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

2.4. O impedimento de que trata a alínea “b” do item 2.3, supra, será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado.

2.5 Durante a vigência do termo de credenciamento, é vedado à credenciada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do termo de credenciamento.

2.6 Com exceção dos documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da *Solicitação de Credenciamento*.

2.7 Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CURRÍCULO ARTÍSTICO.

3.1. Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, a SOLICITAÇÃO DE ADESÃO E a documentação DE HABILITAÇÃO para avaliação pela comissão de contratação designada, através do site bocaiuva.mg.gov.br – Licitação - Prefeitura, na aba do processo licitatório 206/2025 - Credenciamento Nº. 053/2025 e entrar no campo “anexar documentos”, será necessário anexar ARQUIVO ÚNICO” contendo todas as documentações.

3.1.1. Documentos pesados do currículo artísticos deverão ser enviados links de site ou drive, que a comissão poderá ter acesso aos documentos ao clicar nos links.

3.2. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

PESSOA JURÍDICA:

4.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

4.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

4.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

4.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

4.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)

por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

4.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

4.2.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

4.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

4.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

4.4.1. Currículo artísticos conforme item 5 do termo de referência.

4.4.2. Quando a banda/grupo/artista for representada por terceiros a mesma deverá apresentar procuração com poderes especiais para representar o banda/grupo/artista do processo de credenciamento. Em sendo procuração por instrumento particular a mesma deverá ter as assinaturas dos outorgantes de seu(s) procurador(es) reconhecidas firmas reconhecidas.

4.4.2.1. Em se tratando em procuração por instrumento público ou procuração por instrumento particular com assinaturas digitais, cuja autenticidade possa ser certificada junto a autoridade certificadora, fica dispensado o reconhecimento de firma.

4.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.

4.5.1. Declaração Unificada;

4.5.2. Termo de solicitação de credenciamento;

PESSOA FÍSICA:

- 4.6. Documento pessoal com foto;
- 4.7. Comprovante de endereço
- 4.8. Número de Inscrição do Trabalhador (NIT)

4.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF).

4.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.9.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

4.9.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a pessoa for sediada;

4.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a pessoa for sediada;

4.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

4.10.1. Currículo artísticos conforme item 5 do termo de referência.

4.10.2. Quando a banda/grupo/artista for representada por terceiros a mesma deverá apresentar procuração com poderes especiais para representar o banda/grupo/artista do processo de credenciamento. Em sendo procuração por instrumento particular a mesma deverá ter as assinaturas dos outorgantes de seu(s) procurador(es) reconhecidas firmas reconhecidas.

4.10.2.1. Em se tratando em procuração por instrumento público ou procuração por instrumento particular com assinaturas digitais, cuja autenticidade possa ser certificada junto a autoridade certificadora, fica dispensado o reconhecimento de firma.

4.11. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.

- 4.11.1.** Declaração Unificada;
- 4.11.2.** Termo de solicitação de credenciamento;

5. DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

5.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação.

5.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela comissão de contratação em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do requerimento acompanhado dos documentos. Pois os documentos serão enviados para que a comissão de avaliação avalie o currículo artísticos.

5.3 Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

5.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

5.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

5.6 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5.7 O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

5.8 A todo tempo, enquanto persistirem as necessidades da Administração, qualquer interessado que preencha os requisitos para o credenciamento, poderá habilitar-se.

6. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS RECURSOS.

6.1 Após a análise documental, a comissão de contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado serão homologados pelo Prefeito Municipal.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico e publicação no Diário Oficial do Município, quando então será comunicado a assinar o termo de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio dos sítios eletrônicos www.bocaiuva.mg.gov.br será publicada no Diário Oficial do Município.

6.5 A homologação do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-o, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

6.6 A adesão de credenciados ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.

7. DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA.

7.1. As contratações serão paralelas e não excludentes.

7.2. A lista de credenciados será divulgada considerando a classificação que será de acordo com a data de envio do **termo de solicitação de credenciamento e documentos de habilitação**, desde que eles atendem todas as exigências desse edital.

7.2.1. A empresa/fornecedor deverá fazer o envio dos documentos pelo site indicado, após este envio o agente de contratação irá analisar a documentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Após análise o agente irá responder no e-mail indicado pelo fornecedor, confirmando a empresa foi considerada habilitada ou não.

7.2.2. Será considerado, para efeito de ordem de classificação, a última data de envio dos documentos, quando estes forem aprovados pelo agente de contratação.

7.3. A convocação dos credenciados será na forma de rodízio seguindo a ordem de classificação

8. RECURSO.

8.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10(dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados/credenciados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, através do sistema eletrônico, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO.

10.1 O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

10.2 Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novos interessados, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.

10.3 A convocação para a assinatura do termo de credenciamento se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.5. A minuta do termo de credenciamento a ser celebrado consta como anexo deste Edital.

11. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO.

11.1 O valor fixado para a remuneração de cada item observará o estabelecido na tabela do Termo de Referência, podendo ser revisado ao final do período de 1 ano, contado da publicação deste edital.

11.2 A revisão dos valores poderá ser realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), estabelecido pelo IBGE, do acumulado no período de revisão, sem prejuízo da observância de eventual oscilação nos preços praticados no mercado.

11.3 O Município poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá aos credenciados, após comunicados, a decisão de se manterem ou não credenciados.

11.4 Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação aos credenciados, em caso de redução.

11.5. As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO.

12.1 O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira

o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

12.2 Aqueles que deixarem de cumprir a execução da demanda de serviços serão descredenciados.

12.3 O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não pendentes ordens de serviço.

12.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5 O Município poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de início de credenciamento.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a abertura do processo de credenciamento.

13.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.bocaiuva.mg.gov.br.

13.7 As decisões e/ou respostas constarão no sistema e serão vinculativas.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO.

14.1. As obrigações do credenciado referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

15.1. As obrigações do credenciado referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

16.1. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do termo de credenciamento, sendo esta submetida à habilitação.

16.2. O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

16.3. Os casos omissos serão decididos pela comissão de contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21.

16.5 Os licitantes assumem todos os custos de participação do credenciamento e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiuva para dirimir quaisquer litígios oriundos deste procedimento auxiliar e do termo de credenciamento dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

16.9. Este edital será divulgado e mantido à disposição do público em bocaiuva.mg.gov.br, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.

16.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - MODELO TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA

Bocaiúva/MG, 09 de dezembro de 2025.

Pedro Lúcio Torres da Silva
Secretário de Cultura e Turismo

ANEXO I – TERMO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº 206/2025

CREDENCIAMENTO Nº 053/2025

Através do presente, a proponente, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, telefone (____) _____, e-mail _____, localizada no endereço _____, bairro _____, no Município de _____, _____, tendo como responsável o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, vem aderir ao **CREDENCIAMENTO DE ARTISTA SOLO/BANDAS/GRUPOS/DUPLAS/TRIOS/ARTISTA SOLO (1.1) E ARTISTA VOZ E VIOLÃO EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG**, nos itens descritos a tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO

LOCAL E DATA

NOME DA EMPRESA/PESSOA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

PROCESSO LICITATÓRIO nº 206/2025

CREDENCIAMENTO Nº 053/2025

Ao

MUNICÍPIO DE BOCAIUVA

(Nome/Razão Social) _____, inscrita no
CNPJ/MF ou CPF nº _____, sediada no endereço
_____, na cidade de _____, por seu representante
legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, **DECLARA
EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2019;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- i) **DECLARA** que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

j) Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

LOCAL E DATA

NOME DA EMPRESA/PESSOA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO LICITATÓRIO nº 206/2025

CREDENCIAMENTO Nº 053/2025

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O **MUNICÍPIO DE BOCAIUVA**, com sede na Rua Mariana de Queiroga, nº. 141, Centro, na cidade de Bocaiúva/MG, inscrito(a) no CNPJ/2MF sob o nº 18.803.072/0001-32, neste ato representado PREFEITO CONSTITUCIONAL, ROBERTO JAIRO TORRES, portador do RG nº. MG-3.970.657 e do CPF nº. 745.315.906-78, considerando o julgamento da licitação na modalidade de credenciamento nº/200..., processo licitatório n.º/200..., RESOLVE celebra este termo credenciamento, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal 8367/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto deste processo licitatório é o **credenciamento** xxxxxxxxxxxxxx, conforme especificações e quantidades constantes Termo de Referência anexo ao edital do processo citado acima.

2. DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES.

2.1. O preço que será pago pelos serviços para atender a Prefeitura Municipal de Bocaiúva corresponde a quantia definida na tabela abaixo:

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do(s) serviço(s) realizado(s) estão previstas e indicadas no processo, conforme abaixo:

•

4. VALIDADE DO TERMO.

4.1. O prazo de vigência do Credenciamento será até ____ de _____ de _____, iniciando-se a partir da data de assinatura do presente Termo, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

5. DO PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será conforme previsão do termo de referência.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE E DO CREDENCIADO.

6.1. As obrigações da CREDENCIANTE e do CREDENCIADO são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. DAS SANÇÕES.

7.1. As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

8.1. As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CONDIÇÕES GERAIS.

9.1. As condições gerais do fornecimento dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor credenciado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

10.1. É eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de termo de credenciamento foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 20**.

Responsável legal da CREDENCIANTE

Responsável legal da CREDENCIADA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS SOLO / BANDAS / GRUPOS / DUPLAS / TRIOS / ARTISTA SOLO (1.1) E ARTISTA VOZ E VIOLÃO EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativas de consumo:

Item	Descrição	Quant.	Uni.	Valor Unitário	Valor Total
01	CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS SOLO / BANDAS / GRUPOS/ DUPLAS- NÍVEL A, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG	50	Serviço	R\$ 7.500,00 (valor mediano)	R\$ 225.000,00
02	CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS SOLO / BANDAS / GRUPOS/ DUPLAS- NÍVEL B, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG	70	Serviço	R\$ 5.300,00 (valor mediano)	R\$ 105.000,00
03	CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS SOLO / BANDAS / GRUPOS/ DUPLAS- NÍVEL C, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG	60	Serviço	R\$ 3.675,00 (valor mediano)	R\$ 55.125,00
04	CREDENCIAMENTO ARTISTA SOLO(1.1)/ TRIOS- NÍVEL A, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG.	80	Serviço	R\$ 4.266,66 (valor médio)	R\$ 240.000,00
05	CREDENCIAMENTO ARTISTA SOLO(1.1)/ TRIOS- NÍVEL B, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG.	80	Serviço	R\$ 3.000,00 (valor mediano)	R\$ 120.000,00
06	CREDENCIAMENTO ARTISTA SOLO(1.1)/ TRIOS- NÍVEL C, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA	75	Serviço	R\$ 2.300,00 (valor mediano)	R\$ 57.500,00



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

PREFEITURADEBOCAIUVA/MG.					
07	CREDENCIAMENTO ARTISTA VOZ E VIOLÃO- NÍVEL A, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG.	45	Serviço	R\$ 766,66 (valor médio)	R\$ 15.000,00
08	CREDENCIAMENTO ARTISTA VOZ E VIOLÃO- NÍVEL B, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG.	40	Serviço	R\$ 566,66 (valor médio)	R\$ 8.000,00
09	CREDENCIAMENTO ARTISTA VOZ E VIOLÃO- NÍVEL C, EM DIFERENTES ESTILOS MUSICAIS, TEATRAIS PARA ATENDER AOS EVENTOS CULTURAIS, PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA PREFEITURA DE BOCAIUVA/MG.	35	Serviço	R\$ 400,00 (valor médio)	R\$ 4.500,00
				Total	R\$ 830.125,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

O credenciamento de bandas e artistas locais e regionais, é necessário para as diversas apresentações artísticas nos eventos, como festas nas comunidades, distritos e festas urbanas no município de Bocaiuva/MG, para atender as agendas culturais desenvolvidas ao longo do ano pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. O objetivo é a valorização dos artistas locais e regionais, incentivar novos talentos, valorizando os artistas da terra e gerando renda regionalmente, incentivando a economia local, a promoção e difusão de produções artísticas culturais e o estímulo criativo cultural; bem como prover à comunidade local acesso ao trabalho de artistas da cidade e da região, como forma de oferecer lazer e entretenimento e contribuir para a efetivação do direito à cultura, previsto na Constituição Federal.

3. DA PROGRAMAÇÃO DO CALENDÁRIO DE EVENTOS

3.1. A programação será de acordo com o calendário de eventos do município, classificado conforme a tabela abaixo:

CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS	
MÊS	EVENTO
JANEIRO	Festa da Folia de Reis de São Jose de Alto Belo
	Festa São Sebastião de Morro Alto
	Festa na Comunidade de Santos Reis
	Festa da Folia de Reis na Comunidade de Oncinha
	Festa de Santos Reis de Cordeiro
	Festa de São Sebastião de Lajes
	Festa da Folia de Reis de Morrinhos
FEVEREIRO	Carnaval
MARÇO	Festa de São José da Comunidade São José de Pedregulho



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

	Festa de São José Morada Nova
	Festa de São José Comunidade de Tabocal
ABRIL	Festa de Lagoa Grande
	Semana Santa/Paixão de Cristo
	Festa do Cristo Misericordioso - Zumbi
	Festa de São Jorge - Vaquejada
	Dia Municipal do Rio Jequitinhonha
MAIO	Festa de São José Operário – Sinval Valle de Menezes
	Dia do Trabalhador
	Catopê – Nossa Senhora do Rosário e São Benedito
	Festa do Milho
	Festa Nossa Senhora de Fátima (Macaúbas Palmito)
	Festa Morrinhos - Nossa Senhora de Fátima e São José
	Festa Santa Rita (Comunidade Santa Rita Curral
	Festa de São José – Tancredo Neves
	Festa de Santa Rita
	Cavalgada – Comunidade Santa Cruz
	Arraiá dos APAExonados – APAE
	Mostra Estação Arte e Cidadania – Estação Ferroviária
JUNHO	Festa do Sagrado Coração de Jesus
	Festa de São Pedro e São Paulo – Praça São Pedro
	Festa de São João – Canto de São João
	Festa de Santo Antônio - Comunidade de Lalau
	Festa São João Batista de Terra Branca
	Festa Comunidade de Angico
	Festa Comunidade de Santos Reis
	Festa São Pedro - Alto Belo
	Festival de Quadrilha
JULHO	Festa do Senhor do Bonfim
	Aniversário da Cidade
	Festa de São Cristóvão – BR 135
	Encontro de Carros Antigos
AGOSTO	Cavalgada de Machados Serrano
	Festa do Senhor Bom Jesus (Mocambo)
	Festa de Santa Luzia e N. S. do Carmo (Eng. Dolabela)
	Festa Comunidade de Extrema
	Gastroboc e Festa do Mel
SETEMBRO	Festa na Comunidade de São Gregório
	7 de setembro dia (Independência do Brasil)
	Festa do Sagrado Coração de Jesus (Alto Belo)
	Festa de São Geraldo (Oncinha)
	Festa de São Miguel Arcanjo (Com. Bora)
	Festa do Senhor Bom Jesus (Sentinela)
	Festa de São Geraldo – Bairro São Geraldo



	Festa Mãe Rainha – Com. Triunfo
	Marcha Para Jesus
	Festa de Gameleira
	Festa do Vaqueiro
	Festa Comunidade Forquilha
	Festa de Santo Antônio Santa Maria Bairro Novo Horizonte
	Festa Comunidade de Taboquinha
OUTUBRO	Outubro Rock
	Festa de Nossa Senhora Aparecida – Bairro Nossa S AP
	Festa de Nossa Senhora Aparecida (Rio do Félix)
	Festa de São Geraldo (Cabeceira dos Porções)
	Festa de Nossa Senhora Aparecida (Nova Dolabela)
	Festa de São Geraldo (Camilo Prates)
	Festa dia das Crianças
	Festa de São Francisco de Assis
	Festa de São Geraldo do Beija Flor
	Festa de São Geraldo de Terra Branca
	Festa de São Geraldo – Bairro São Geraldo
	Festa de Nossa Senhora Aparecida – Andirino
	Festa de Nossa Senhora Aparecida – Pedregulho do Vale
	Festa de São Miguel – Borá
	Festa de Nossa Senhora Aparecida – Aparecida da Serra
	Festa da Mãe Rainha – Tancredo Neves
	Festa de Nossa Senhora Aparecida – Para Terra
NOVEMBRO	Festa São Francisco Comunidade Nova Santa Cruz
	Festa de Cristo Rei (Comunidade Água Boa)
	Dia da Consciência Negra
	Festa de Nossa Senhora das Graças – Machados
DEZEMBRO	Ascender das Luzes de Natal
	Cantata de Natal
	Réveillon

3.2.As festividades do Município incluem, mas não se limitam as listadas acima.

4. DO RECEBIMENTO E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, toda a relação de documentos exigidas no edital, para avaliação pela comissão de contratação designada, através do link disponível no site do município: www.bocaiuva.mg.gov.br

4.2. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

4.3. A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CLASSIFICAÇÃO DE CATEGORIA



5.1. Para o credenciamento, a empresa/pessoa deverá apresentar no prazo estipulado pelo edital, a seguinte documentação atualizada, conforme relação abaixo:

5.1.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (CURRÍCULO ARTÍSTICO) (PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

a) Para credenciar, o interessando deverá encaminhar o Curriculum Artístico conforme os quesitos descritos na tabela abaixo para análise da Comissão de Avaliação. Os arquivos referentes ao Curriculum Artístico deverão ser enviados através do link disponível no site do município: www.bocaiuva.mg.gov.br

b) Caso após avaliação curricular o/a artista ficou em nível classificatório diferente do qual entende de direito, ele poderá solicitar atualização curricular para alcançar o nível desejado, porém ele só poderá fazer esta solicitação após 90 (noventa dias) após seu primeiro credenciamento, podendo mudar de nível para mais ou para menos ou até mesmo permanecendo no mesmo nível após avaliação documental pela comissão de avaliação curricular.

c) O artista quando solicitar atualização curricular e mudar sua pontuação e também mudando de nível ele mudará também sua posição na lista de credenciamento, contará para efeito de classificação a data do último envio de documentação. Ou seja, o artista será excluído da última classificação e irá para o final da fila, pois será levado em consideração para efeito de classificação a hora e data do envio de documentos.

Nº	QUESITO	PADRÃO DE NOTA
01	Curriculum Artístico.	Pontuação Máxima 15 pontos
1.1	Comprovante de Notoriedade	03 pontos
1.2	Publicações em mídia com qualidade de gravação e execução, imprensa, site, jornal, revista de publicidade (registro em projetos, eventos, exposições, etc.)	01 ponto
1.3	Certificados, Declarações, Diplomação, etc.	01 ponto
1.4	Apresentação de trabalhos culturais. Ex: CD, DVD, EP com (qualidade de gravação, execução) em formato de mídia digital	05 pontos
1.5	Premiação	02 pontos
1.6	Carta de Referência; (que indique o Artista solo, Grupo, Banda, Dupla, Trio, Artista solo 1.1 ou Voz e Violão)	01 ponto
02	Portfolio Cultural Análise e avaliação do material: histórico do Artista solo, Grupo, Banda, Dupla, Trio, Artista solo 1.1 ou Voz e Violão, clipping, website, blog, redes social etc. Para verificação da consistência/pertinência da proposta artística, técnica, estética e do grau de inserção na cena Artística e cultural.	Pontuação Máxima 10 pontos



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

03	Tempo de experiência(comprovada)do artista ou grupo cultural:	Pontuação Máxima 10 pontos
3.1	Até 2 anos de experiência.Comprovada do Artista solo,Grupo,Banda,Dupla,Trio,Artista solo 1.1 ou Voz e Violão	02 pontos
3.2	De 3 anos até 5 anos de experiência.Comprovada doArtista solo,Grupo,Banda,Dupla,Trio,Artista solo 1.1 ou Voz e Violão	03 pontos
3.3	A partirde 6 anos de experiência comprovada do Artista solo, Grupo, Banda, Dupla, Trio, Artista solo 1.1 ou Voz e Violão	05 pontos
04	Audição do material gravado em CD, EP e DVD ou link da apresentação em formato de mídia digital, avaliando-se a qualidade geral do material apresentado: qualidade de gravação, execução, diante da estética e proposta doArtista solo, Grupo, Banda, Dupla, Trio, Artista solo 1.1 ou Voz e Violão	Pontuação Máxima 10 pontos
4.1	Apresentação de CDem formato de mídia digital	03pontos
4.2	Apresentação DVD/EP em formato de mídia digital	05pontos
4.3	Link da apresentação em formato de mídia digital	02 pontos
05	Propostas artísticas de trabalhos apresentados em BocaiuvaMG.	Pontuação Máxima 05 pontos
06	Participação em festivais ou outros eventos local,regional e nacional.	Pontuação Máxima 10 pontos
6.1	Participação em festival ou evento local	02 pontos
6.2	Participação em festival ou eventos regional	03 pontos
6.3	Participação em festival ou eventos nacional	05 pontos

PONTUAÇÕES:

Categoria C: partir de 15 a 29 (vinte e nove) pontos

Categoria B: pontuação de 30 (trinta) a 44 (quarenta e quatro) pontos

Categoria A: pontuação a partir de 45 (quarenta e cinco) pontos

5.2. Para efeitos de classificação de categoria, a Prefeitura Municipal publicará Portaria nomeando uma Comissão designada por no mínimo 03 representantes com condições específicas de análise dos quesitos acima. A atuação da referida Comissão será explicitada nos itens 7 e 8 deste Termo de Referência.

5.3. Para a pessoa jurídica ou pessoa física já credenciada em algum item, que desejar se credenciar em item diferente, ou alterar a categoria, será necessária a apresentação somente dos documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista e Contrato de Exclusividade relacionados no edital, bem como apresentação do Curriculum Artístico, conforme item 5.1.1 deste Termo de Referência.



6. DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS (PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA)

6.1. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação.

6.2. Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

6.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.5. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

6.6. O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

6.7. A todo tempo, enquanto persistirem as necessidades da Administração, qualquer interessado que preencha os requisitos para o credenciamento, poderá habilitar-se.

7. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

7.1. A Comissão de Avaliação será constituída por no mínimo 3 (três) representantes indicados pelo Prefeito Municipal com condições de avaliarem os critérios artísticos.

7.2. Eventuais recursos poderão ser direcionados para a própria comissão, que é instância única para análise.

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A análise da documentação de qualificação técnica (currículo artístico) dos interessados que forem apresentadas, nos termos da legislação aplicável, pelo Edital de Credenciamento, será analisada pela Comissão de Avaliação e pelos termos complementares deste termo.

8.2. A Comissão de Avaliação funcionará continuamente para analisar os pedidos de credenciamento e pelos termos complementares deste termo.

8.3. Após análise da documentação, a Comissão de Avaliação deverá:

- I – Atestar regularidade formal dos documentos, comprovantes de aptidão artísticas e declarações apresentadas, indicando se foi constatada alguma irregularidade ou omissão;



II – Manifestar sobre eventual recomendação de concessão de prazo para entrega ou regularização de documentos.

III – Adotar outras providências indicadas pela Presidência da Comissão.

8.4. A Comissão de Avaliação terá o prazo de até **10 (dez)** dias úteis para analisar a documentação apresentada pelos interessados, nos termos dos incisos I a III acima e em conformidade com os termos do edital de credenciamento.

8.5. Os artistas interessados que apresentarem documentação com pendências ou irregularidades, não poderão ser credenciados, entretanto, terão a oportunidade de reapresentá-los durante a vigência do edital de credenciamento.

8.6. Os documentos que necessitem de assinatura do Credenciado poderão ser feitos através de reconhecimento de firma por autenticidade ou assinado de forma digital, exclusivamente pela plataforma gov.br.

9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO CREDENCIAMENTO

9.1. Após a análise documental, a Comissão de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

9.2. O processo de análise e o resultado serão homologados pelo Prefeito Municipal.

9.3. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico e publicação no Diário Oficial do Município, quando então será comunicado a assinar o termo de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

9.4. A lista dos credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio dos sites eletrônicos **www.bocaiuva.mg.gov.br** será publicada no **Diário Oficial do Município**.

9.5. A homologação do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-o, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

9.6. A adesão de credenciados ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação dar-se-á após o credenciamento e de acordo com as necessidades, metas e a disponibilidade financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Bocaiuva - MG, e seguirá os seguintes critérios:

I - Adequabilidade a Temática do Evento;

II - Estilo e ou Identidade Musical;

III - Rodízio;

10.2. Durante todo o período em que o credenciamento se mantiver aberto, será disponibilizado no site da prefeitura, a relação de todos os credenciados. Nessa lista terá os dados do credenciados, data do termo de credenciamento, classificação do artista ou banda conforme tabela do item 11.1 deste termo e ordem de classificação levando em consideração a data de assinatura do termo.

10.3. A Secretaria de Cultura será responsável pela convocação dos credenciados para a prestação de serviços, essa convocação se dará através de meio formal obedecendo primeiramente a ordem cronológica da data de assinatura do termo de



credenciamento, sendo analisada também a adequabilidade da temática do evento com o estilo musical. O credenciado informará em formulário, conforme modelo a ser fornecido como anexo do edital, no máximo dois estilos musicais.

10.4. Conforme item 10.1 também será analisado a adequabilidade da temática do evento com o estilo musical.

10.5. Quando um credenciado for convocado e o mesmo se negar fazer o serviço naquela data a qual foi convocado, a secretaria convocará o próximo colocado.

10.6. O credenciado que se recusar, irá para o final da fila, pouco importando a motivação que o levou a recusar a convocação.

11. DOS PREÇOS

11.1. O preço a ser pago por apresentação será de acordo com a tabela abaixo, levando em consideração o enquadramento do artista/banda/grupos/duplas/trios e artista solo.

CLASSE: ARTISTA SOLO / BANDAS / GRUPOS / DUPLAS	
NIVEL	VALOR UNITÁRIO
A	R\$ 7.500,00
B	R\$ 5.300,00
C	R\$ 3.675,00

CLASSE: ARTISTA SOLO (1.1) E TRIOS	
NIVEL	VALOR UNITÁRIO
A	R\$ 4.266,66
B	R\$ 3.000,00
C	R\$ 2.300,00

CLASSE: ARTISTA VOZ E VIOLÃO	
NIVEL	VALOR UNITÁRIO
A	R\$ 766,66
B	R\$ 566,66
C	R\$ 400,00

11.2. O valor a ser pago por apresentação será de acordo com a tabela, levando em consideração o enquadramento do credenciado na classificação apurada pela Comissão de Avaliação, quanto aos quesitos.

11.3. O valor a ser pago para os níveis "A" das classes **ARTISTAS SOLO / BANDAS / GRUPOS / DUPLAS/ ARTISTA SOLO (1.1) E TRIOS** e **VOZ E VIOLÃO**, foi obtido através da pesquisa de preços feita pelo setor de Compras, conforme os relatórios de preços estimativos (média e mediana), bem como a Justificativa da Realização da Pesquisa de Preços constante nos autos.



11.4. DEFINIÇÃO DE CLASSE:

a) CLASSE = ARTISTA SOLO / BANDAS / GRUPOS / DUPLAS

I - Entende se por **Artista Solo**, um Cantor (a) acompanhado (a) por uma banda musical composto por no mínimo 04 músicos.

II - Entende se por **Banda** um conjunto musical composto por no mínimo 04 músicos.

III - Entende se por **Grupo** um conjunto musical composto por no mínimo 06 músicos ou um Grupo teatral.

IV - Entende se por **Dupla**, dois cantores (a) acompanhados(a) por uma Banda Musical composto por no mínimo 04 músicos.

b) CLASSE = ARTISTAS SOLO 1.1 E TRIOS

I - Entende se por **Artista Solo (1.1)**, Disc Jockey (DJ) e Cantor (a) que se apresenta na modalidade Voz e Teclado (Tecladeiros) acompanhados por no mínimo 01 músicos (salvo o Disc Jockey).

II - Entende se por **Trio**, Cantores (a) que se apresentam na modalidade de 03 (três) vozes acompanhadas por no mínimo 01 músico.

c) CLASSE = ARTISTAS VOZ E VIOLÃO

I - Entende se por **Artista Voz e Violão** que se apresenta com apenas uma pessoa fazendo voz e violão.

11.5. Todas as apresentações Musicais terão duração mínima de 60 minutos e máxima de 180 minutos, conforme programação estipulada pela Prefeitura Municipal de Bocaiuva- MG.

11.6. As Apresentações do Disc Jockey (DJ) terão duração mínima de 60 minutos e máxima de 180 minutos, conforme programação estipulada pela Prefeitura.

12. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

11.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e as especificações dos serviços estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

13. DO PLANEJAMENTO.

13.1. O processo de credenciamento encontra-se amparado pela adequação orçamentária e é compatível com a Lei de diretrizes Orçamentárias e com o Plano plurianual e está vinculado à de Apoio Cultural à Realização e Organização.



14. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

14.1. O prazo de início dos serviços é de até **05 (cinco)** dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela Secretaria Municipal demandante. O local de prestação do serviço será acordado com a secretaria demandante.

14.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **até 03 (três) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

15.1.6. Arcar com as despesas com: sonorização, iluminação, palco, geradores de energia, camarim, segurança, painel led e brigadistas.

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. Efetuar a prestação dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.



16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com defeitos;

16.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.1.7. Assumir exclusiva e restrita responsabilidade por quaisquer reivindicações relacionadas à sua atração artística, fundamentadas em possíveis violações de direito de imagem e de voz, direito de propriedade intelectual e consensos, plágio ou qualquer violação de direitos de terceiros, respondendo exclusivamente por qualquer dano e/ou prejuízo em decorrência dessas ações, inclusive pela omissão de informações.

16.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer despesas com transporte, alimentação e hospedagem.

16.1.9. Realizar as apresentações artísticas musicais ao vivo, proporcionando uma experiência autêntica e envolvente para o público.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO.

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

19.1. Nos termos do art.117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos. 119,120 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.



19.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DO REAJUSTE.

21.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC - (Indicação do índice) acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5 - O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, no seu artigo 155, a Contratada que:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:



- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções de acordo com o Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - As naturezas e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará de acordo com o art. 156 desta Lei, a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



23.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura de Bocaiuva, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

24. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

24.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 8.367/2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.2. I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal (is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

24.3. II - Compete ao Fiscal do Contrato abaixo identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal (is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas



PREFEITURA DE **BOCAIUVA**

à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados;

24.4. III - Compete ao Gestor do Contrato abaixo identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

24.5. Fiscal do contrato: Moises Luis de Lima Cargo: Seção de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico Matrícula n. 20455

24.6. Gestor do contrato: Pedro Lúcio Torres da Silva – CPF: 083.337.076-61 - Secretário de Cultura e Turismo

25. PRAZO DE VIGÊNCIA

25.1. O prazo de vigência do credenciamento é de até 12 meses, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme Lei nº 14.133/2021.

25.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual,

Bocaiuva/MG, 18 de novembro de 2025.



Pedro Lúcio Torres da Silva
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Pedro Lúcio Torres da Silva
Secretário Mun. de Cultura e Turismo
Bocaiuva-MG